

28 de fevereiro de 2026

Ao: COMPANHIA ITAUNENSE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES

At.: Acionistas e Administradores

Ref.: Relatório do Auditor Independente

Prezados senhores,

Pelo presente encaminhamos aos cuidados de V.Sa. as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 da Companhia Itaunense Energia e Participações, acompanhadas do Relatório de Auditoria do Auditor Independente.

Atenciosamente,

Luiz Claudio Fontes

Companhia Itaunense Energia e Participações

Demonstrações financeiras acompanhadas do
Relatório do Auditor Independente

Em 31 de dezembro de 2025

Companhia Itaunense Energia e Participações

Índice

	Página
Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras	2
Demonstrações financeiras	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	12

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos
Acionistas e Conselheiros da
Companhia Itaunense Energia e Participações
Itaúna – MG

1. Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Companhia Itaunense Energia e Participações**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia Itaunense Energia e Participações** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

2. Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3. Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que o assunto descrito abaixo é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório.

Continuidade operacional

No exercício de 2020, a Companhia vendeu o seu principal ativo gerador de caixa e desde então tem ocorrido reduções significativas no seu capital de giro, em função da necessidade de pagamento de suas obrigações tributárias. Entretanto, no exercício de 2025 a administração gerou receitas e caixa relacionadas a venda da sua unidade geradora de energia e de salas comerciais. Visando avaliar capacidade de continuidade operacional e o consequente pagamento das obrigações assumidas pela Companhia em 31 de dezembro de 2025, a sua administração elaborou orçamentos de caixa para os exercícios a findarem-se em 31 de dezembro de 2026 e 2027.

Como endereçamos esse assunto

Revisamos esses fluxos de caixa com base nas premissas e estimativas assumidas por sua administração e baseados nesses elementos acreditamos que a Companhia reúne condições de manter as suas atividades operacionais regular para os próximos 24 meses. Portanto, os pressupostos de continuidade normal adotados por sua administração se afiguram apropriados no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

4. Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes,

segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

5. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

6. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

7. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As

distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o Principal Assunto de Auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 03 de março de 2026.

Luiz Claudio Fontes
Contador CRC – 1RJ-032.470/O-9-T-SP

RSM Brasil Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-030.002/O-7



COMPANHIA ITAUNENSE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Valores Expressos em Milhares de Reais)

ATIVO

	Notas	31.12.2025	31.12.2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	12.496	33.751
Contas a receber de clientes	5	324	26
Estoques de imóveis destinados à venda	6	1.778	2.575
Impostos a recuperar	7	1.349	1.623
Outros créditos e investimento	-	9	2
Total do Ativo Circulante		15.956	37.977
Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Contas a receber de clientes	5	18.586	-
Títulos e valores mobiliários	8	7.771	-
Subtotal - realizável a Longo Prazo		26.357	-
Investimento	-	147	137
Imobilizado, líquido	9	3.621	4.656
		3.768	4.793
Total do Ativo Não Circulante		30.125	4.793
Total do Ativo		46.081	42.770

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	31.12.2025	31.12.2024
Passivo			
Circulante			
Obrigações trabalhistas e previdenciárias e tributárias	10	2.636	1.148
Credores diversos	-	88	62
Dividendos a pagar aos acionistas		3.620	-
Parcelamentos de impostos-Refis	11	2.808	2.587
Total do Passivo Circulante		9.152	3.797
Não Circulante			
Parcelamentos de impostos-Refis	11	11.166	12.182
Provisão para contingências	13	-	1.615
Total do Passivo Não Circulante		11.166	13.797
Total do Passivo		20.318	17.594
Patrimônio Líquido	14		
Capital social		19.766	19.766
Reserva de capital		64	64
Reservas de lucros (reserva legal e de retenção de lucros)		5.933	5.346
Total do Patrimônio Líquido		25.763	25.176
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		46.081	42.770

As Notas Explicativas da Administração São Parte Integrante das Demonstrações Financeiras.

COMPANHIA ITAUNENSE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES

Demonstrações dos Resultados para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024
(Valores Expressos em Milhares de Reais)

	<u>Notas</u>	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	15	27.215	1.884
Custos de aluguéis e de vendas de imóveis	16	(3.148)	(703)
Lucro Bruto		24.067	1.181
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	16	(3.659)	(3.692)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	17	1.660	(37)
Total das Receitas (Despesas) Operacionais		(1.999)	(3.729)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		22.068	(2.548)
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras		5.009	3.919
Despesas financeiras		(1.908)	(1.568)
Total do Resultado Financeiro, Líquido	18	3.101	2.351
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS IMPOSTOS (IRPJ E CSLL)		25.169	(197)
DESPESAS DE IMPOSTOS CORRENTES (IRPJ E CSLL)			
Imposto de renda (IRPJ)		(1.810)	(1.011)
Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)		(761)	(379)
Total das Despesas de Impostos Correntes (IRPJ e CSLL)	19	(2.571)	(1.390)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		22.598	(1.587)
Lucro (Prejuízo) por Ação Básico e Diluído- Expresso em Reais		2,9774	(0,2091)

As Notas Explicativas da Administração São Parte Integrante das Demonstrações Financeiras.

COMPANHIA ITAUNENSE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES

Demonstrações dos Resultados Abrangentes para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Valores Expressos em Milhares de Reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	22.598	(1.587)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos Resultados Abrangentes	<u>22.598</u>	<u>(1.587)</u>

As Notas Explicativas da Administração São Parte Integrante das Demonstrações Financeiras.

COMPANHIA ITAUNENSE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para o Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores Expressos em Milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva de Capital	Reservas de Lucros		Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
			Reserva Legal	Retenção de Lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2023	19.766	64	680	6.253	-	26.763
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(1.587)	(1.587)
Transferência do prejuízo para reserva de lucros	-	-	-	(1.587)	1.587	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	19.766	64	680	4.666	-	25.176
Transferência de lucros retidos para distribuição	-	-	-	(543)	543	-
Dividendos distribuídos sobre lucros intermediários	-	-	-	-	(22.011)	(22.011)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	22.598	22.598
Constituição de reserva legal	-	-	1.130	-	(1.130)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	19.766	64	1.810	4.123	-	25.763

As Notas Explicativas da Administração São Parte Integrante das Demonstrações Financeiras.

COMPANHIA ITAUNENSE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores Expressos em Milhares de Reais)

	31.12.2025	31.12.2024
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro Líquido (prejuízo) do exercício	22.598	(1.587)
Ajustes que Não Afetam o Caixa e Equivalentes de Caixa:		
Despesas de depreciação	90	61
Receita por reversão de provisão para contingências	(1.615)	-
Valor do imobilizado baixado, líquido	316	95
Despesas de juros e de variações monetárias	1.905	1.567
Lucro Ajustado	23.294	136
Variações dos Ativos e dos Passivos Operacionais		
(Aumento) redução das contas a receber de clientes	(18.884)	484
Redução dos estoques de imóveis à venda	1.775	-
(Aumento) redução de impostos a recuperar	274	(96)
(Aumento) redução de outros créditos	(7)	8
Aumento de obrigações trabalhistas e previdenciárias e tributárias	1.488	22
Aumento de credores diversos	26	1
Total das Variações dos Ativos e dos Passivos Operacionais	(15.328)	419
Total do Caixa Líquido Originado pelas atividades Operacionais	7.966	555
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Adições de imobilizado e de investimentos	(358)	(461)
Total do Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimento	(358)	(461)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Aplicações financeiras retidas (Vide nota 5)	(7.771)	-
Dividendos pagos	(18.390)	-
Pagamentos de parcelamentos de tributos-REFIS	(2.702)	(2.509)
Total do Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamento	(28.863)	(2.509)
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	(21.255)	(2.415)
Caixa e Equivalentes de Caixa		
Saldo no Início do Exercício	33.751	36.166
Saldo no Final do Exercício	12.496	33.751
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	(21.255)	(2.415)

As Notas Explicativas da Administração São Parte Integrante das Demonstrações Financeiras.

COMPANHIA ITAUNENSE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores Expressos em Milhares de Reais)

	31.12.2025	31.12.2024
Receitas		
Receitas de arrendamentos e de aluguéis	246	177
Receitas de venda de imóveis	28.000	990
Receitas de venda de bens do imobilizado e outros	1.975	912
Total	30.221	2.079
Insumos Adquiridos de Terceiros (Inclui Impostos)		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	2.641	919
Impostos incidentes sobre as receitas	1.031	70
Total	3.672	989
Valor Adicionado Bruto sem Depreciação	26.549	1.090
Menos Retenção por Depreciação	(90)	(61)
Valor Adicionado Bruto	26.459	1.029
Valor Recebido em Transferência-Receitas Financeiras	5.009	3.919
Total do Valor Adicionado Líquido Produzido pela Companhia	31.468	4.948
Distribuição do Valor Adicionado:		
Remunerações de empregados e administradores	2.507	2.161
FGTS e outros encargos sociais (exceto INSS)	84	56
Subtotal	2.591	2.217
Governo (Impostos, Taxas e Contribuições)	2.649	1.632
Remuneração de Capitais de Terceiros		
Serviços profissionais contratados	1.745	1.119
Despesas de juros e variação monetária passiva	1.885	1.567
Total de Remuneração de Capitais de Terceiros	3.630	2.686
Remuneração de Capital Próprio		
Dividendos intermediários	22.011	-
Lucros (prejuízos) retidos	587	(1.587)
Total de Remuneração de Capital Próprio	22.598	(1.587)
Total do Valor Distribuído	31.468	4.948

As Notas Explicativas da Administração São Parte Integrante das Demonstrações Financeiras.

COMPANHIA ITAUNENSE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores Expressos em Milhares de Reais)

1. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

COMPANHIA ITAUNENSE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES, com sede em Itaúna/MG, CNPJ: 21.254.073/0001-80, nestas notas explicativas, também designada como Itaunense ou apenas Companhia, fundada em maio de 1911, tendo, como objeto social atividade imobiliária de imóveis próprios, aluguel e arrendamento de imóveis próprios, comercialização de energia elétrica e transmissão de energia elétrica, além de participações decorrentes de incentivos fiscais e participar de outras sociedades ou companhias e constituir subsidiárias.

Dos processos judiciais de falência e recuperação judicial

A Companhia Industrial Itaunense requereu sua autofalência em dezembro de 1999, sendo a mesma suspensa em 06 de fevereiro de 2013, mas somente a partir de 01 de março de 2013 a Companhia passou a ser administrada pela nova diretoria, e não mais pelo Síndico da Massa Falida.

O plano de recuperação judicial da Companhia foi aprovado por Assembleia Geral de Credores em 08 de abril de 2013, o qual foi considerado cumprido e extinto, por sentença, em 18 de setembro de 2015.

A Diretoria e o Conselho de Administração da Companhia trabalharam arduamente nos últimos anos para sanear financeiramente a Companhia, quitando dívidas com mais de 180 (cento e oitenta) credores listados no plano de recuperação judicial, conseguindo obter certidão negativa municipal e estadual, bem como obteve a certidão positiva federal com efeito de negativa.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 02 de março de 2026.

2. BASES DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Base de Elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as Normas Contábeis Internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas *pelo* International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de

COMPANHIA ITAUNENSE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores Expressos em Milhares de Reais)

avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras.

Continuidade operacional

Os conselheiros têm, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, eles continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras.

Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue julgamentos, elabore estimativas e adote premissas baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, bem como de receitas, custos e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos registrados nas demonstrações financeiras. Estimativas e premissas significativas são utilizadas principalmente na: (i) contabilização da provisão para perdas ao valor recuperável das contas a receber de clientes (provisão para créditos de liquidação duvidosa/perdas esperadas); (ii) definição da vida útil e do valor residual dos bens do imobilizado; (iii) contabilização de provisões para riscos.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas sempre que necessário, de modo a refletir alterações que venham a ocorrer durante o período, as quais são reconhecidas no período em que ocorrem, ou seja, dentro de seu período de competência.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e apresentação da Companhia.

Demonstração do Valor Adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada como parte de suas demonstrações financeiras, conforme requerido pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. A DVA não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas, pelos custos e despesas e pelo valor adicionado recebido em transferência. A segunda parte apresenta a distribuição da riqueza entre impostos, taxas e contribuições, pessoal, remuneração de capital de terceiros e remuneração do capital próprio.

COMPANHIA ITAUNENSE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores Expressos em Milhares de Reais)

Novos pronunciamentos contábeis, revisões, interpretações e orientações vigentes e não vigentes

Normas emitidas e revisadas em vigor no exercício presente

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes:

Norma	Descrição da alteração
Alterações ao CPC 18 (R3) e à ICPC 09 (R3) – Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto; Demonstrações contábeis individuais/separadas/consolidadas e MEP	Alterações emitidas em set/2024 para alinhar as normas brasileiras aos padrões do IASB, permitindo e orientando a aplicação do método da equivalência patrimonial em demonstrações contábeis individuais/separadas, com ajustes de redação e atualização de referências normativas. Vigência a partir de 1º de janeiro de 2025.
Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (Falta de conversibilidade)	Define o conceito de moeda conversível, orienta procedimentos e divulgações quando a moeda não for conversível e requer estimativa de taxa de câmbio que reflita condições de mercado. Vigência a partir de 1º de janeiro de 2025.
OCPC 10 – Créditos de Carbono (tCO ₂ e), Permissões de Emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBI0)	Orientação técnica para direcionar o tratamento contábil (reconhecimento, mensuração e divulgações) aplicável a créditos de carbono, permissões de emissão e CBI0 no mercado brasileiro. Aplicável no exercício corrente (2025).

As alterações de normas descritas acima, que entraram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2025, não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Novas normas ou alterações em pronunciamentos contábeis não vigentes

Norma	Descrição da alteração
IFRS 18 – Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras (substitui IAS 1)	Nova norma de apresentação/divulgação, com novos requisitos para melhorar comparabilidade e transparência (induz MPMs e novos agrupamentos de receitas/despesas). Vigência internacional a partir de 1º de janeiro de 2027 (aplicação retrospectiva). Ainda não adotada no Brasil na data-base.
Alterações ao IFRS 9 e ao IFRS 7 – Instrumentos Financeiros (classificação e mensuração / evidênciação)	Alterações para endereçar questões práticas recentes e novos requisitos de divulgação. Vigência internacional a partir de 1º de janeiro de 2026 (salvo disposições específicas). Ainda não adotadas no Brasil na data-base.
Alterações ao IFRS 9 e ao IFRS 7 – Contratos que fazem referência à eletricidade cuja geração depende de condições naturais Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11	Ajustes para aplicação a contratos de compra de energia renovável (ex.: own-use e hedge accounting), com novos requisitos de divulgação no IFRS 7. Vigência internacional a partir de 1º de janeiro de 2026. Ainda não adotadas no Brasil na data-base. Alterações pontuais a diversas normas (inclui, por exemplo, IAS 7 e IFRS 9) para esclarecimentos e consistência. Vigência internacional a partir de 1º de janeiro de 2026. Ainda não adotadas no Brasil na data-base.
IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Nova norma para subsidiárias elegíveis com reduzido conjunto de divulgações. Vigência internacional a partir de 1º de janeiro de 2027. Ainda não adotada no Brasil na data-base.

No que se refere ao IFRS 18, a Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas. Os impactos materiais iniciais esperados sobre as demonstrações financeiras da Companhia são os seguintes:

- As diferenças de variação cambial serão classificadas na categoria da demonstração do resultado (receita e a despesa) em que estiverem os itens que deram origem a tais diferenças de câmbio;
- Serão incluídas novas divulgações, compreendendo: (a) medidas de desempenho definidas pela administração (*Management-defined performance measures* - MPMs); (b) despesas específicas por natureza, caso as despesas sejam apresentadas por função na categoria operacional da demonstração do resultado; e (c) uma conciliação, para cada linha da demonstração do resultado,

COMPANHIA ITAUNENSE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores Expressos em Milhares de Reais)

entre os valores reapresentados de acordo com a IFRS 18 e os montantes anteriormente apresentados de acordo com a IAS 1 (CPC 26 (R1)); e

- Os juros recebidos e os juros pagos passarão a ser classificados, respectivamente, nas atividades de investimento e atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, conforme o CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

No Brasil, o CPC 26 será substituído pelo CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis (equivalente à IFRS 18), atualmente o CPC e suas entidades congraçadas estão ainda em processo de discussão dos eventuais conflitos do CPC 51 com a legislação societária vigente. Embora ainda as discussões não tenham encerrado, não se espera alterações substanciais na atual legislação.

Em relação aos demais normativos e alterações descritos acima, com data de vigência para exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento da emissão destas demonstrações financeiras não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.”

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

Apresentamos a seguir as políticas contábeis materiais adotadas na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia:

Caixa e equivalentes de caixa: Estão representados por contas bancárias disponíveis. As aplicações financeiras são investimentos de curto prazo, com vencimentos originais de até noventa dias a contar da data da aplicação financeira, constituídos de títulos de alta liquidez, conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor.

Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes são demonstradas ao valor de realização, deduzidas de provisão para créditos de difícil liquidação, quando necessário, e decorrem de prestações de serviços de aluguel.

Arrendamentos: A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um exercício de tempo em troca de contraprestação.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de contratos de arrendamento de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento em contratos de arrendamento cujos ativos subjacentes sejam de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do contrato.

Como arrendadora

Os arrendamentos nos quais a Companhia é arrendadora são classificados como arrendamentos financeiros ou operacionais. Sempre que os termos do arrendamento transferem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário o contrato é classificado como

COMPANHIA ITAUNENSE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores Expressos em Milhares de Reais)

arrendamento financeiro. Todos os outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais.

A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o prazo do arrendamento em questão. Os custos indiretos iniciais incorridos na negociação e preparação do arrendamento operacional são adicionados ao valor contábil dos ativos arrendados e reconhecidos pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

As contas a receber de arrendatários referentes a arrendamentos financeiros são reconhecidas como contas a receber no valor do investimento líquido da Companhia nos bens arrendados. O rendimento do arrendamento financeiro é reconhecido nos exercícios contábeis, a fim de refletir a taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido da Companhia em aberto em relação aos arrendamentos.

Quando o contrato inclui componentes de arrendamento e não arrendamento, a Companhia aplica o IFRS 15 (CPC47) para alocar a contraprestação resultante do contrato para cada componente.

Estoque - Imóveis destinados à venda: São classificados como destinados à venda os imóveis que não são mais necessários para uso ou expansão da Companhia e que foram colocados à venda. São mensurados pelo seu valor justo menos despesas de venda, quando este for menor do que os valores residuais contábeis.

Imobilizado: O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário. O custo inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção de um ativo.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

O valor residual e a vida útil dos ativos são avaliados pela administração da Companhia, pelo menos ao final de cada exercício.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado do exercício pelos seus valores líquidos.

Instrumentos financeiros: A Companhia classifica ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: ao valor justo por meio do resultado ("FVTPL"), ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI") e ao custo amortizado.

- i. Ativos e passivos financeiros não derivativos – reconhecimento e desreconhecimento

COMPANHIA ITAUNENSE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores Expressos em Milhares de Reais)

A Companhia reconhece os ativos e passivos financeiros quando, e somente quando, se tornar parte das disposições contratuais dos instrumentos. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ii. Ativos financeiros não derivativos – mensuração

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir:

- ✓ o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- ✓ os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes somente se satisfizer ambas as condições a seguir:

- ✓ o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- ✓ os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Além disso, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo ou passivo financeiro como mensurado ao valor justo por meio do resultado com o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo ou passivo.

iii. Passivos financeiros não derivativos – mensuração

Os instrumentos financeiros classificados no passivo, após seu reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são mensurados com base no custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

iv. Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

COMPANHIA ITAUNENSE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores Expressos em Milhares de Reais)

Os instrumentos derivativos contratados não são designados para a contabilização de hedge. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado.

v. Redução ao valor recuperável de Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- ✓ inadimplência ou atrasos do devedor;
- ✓ reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- ✓ indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- ✓ mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- ✓ o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada, que inclui as perdas de crédito esperadas. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

Uma perda por redução do valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com o seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável

Provisões para riscos: São reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores envolvidos de maneira confiável e cuja expectativa de desembolso seja considerada provável.

COMPANHIA ITAUNENSE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores Expressos em Milhares de Reais)

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e se somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

As provisões para riscos estão atualizadas até a data do balanço pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados e da administração da Companhia e de suas controladas. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos estão descritos na nota explicativa nº 12

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido: O imposto de renda e contribuição social foram apurados de acordo com a sistemática denominada "Lucro Presumido", sendo que, o imposto de renda foi calculado sobre a presunção de 32% da receita bruta pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$240 mil no exercício de 12 meses, enquanto a contribuição social foi computada sobre a presunção de 32% sobre a alíquota de 9%, reconhecidos pelo regime de competência. As provisões de imposto de renda pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro líquido referentes às receitas financeiras não foram efetuadas, haja vista, a permissão de reconhecimento futuro, conforme consta do parágrafo 9 inciso 11 do artigo 55 da Lei nº 1022/2010 (no caso de pessoa jurídica tributada com base do lucro presumido ou arbitrado).

Demais ativos e passivos: Os ativos estão demonstrados pelos valores líquidos de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até o encerramento do exercício. Os passivos registrados estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e as variações monetárias incorridos em base "pró-rata" dia.

Apuração da receita: As receitas de prestação de serviços são reconhecidas no montante da utilização dos serviços. As receitas são mensuradas pelo valor justo das contrapartidas recebidas ou a receber, líquidas de descontos e impostos.

Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e apresentação da Companhia.

Resultado por ação: É determinado com base no número médio ponderado de ações durante o exercício social, em conformidade com a Lei nº 6.404/76. Não existem instrumentos financeiros ou patrimoniais que possam potencialmente diluir o número de ações em circulação.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Refere-se a numerário, contas bancárias de movimento e de aplicações financeiras mantidas em bancos, com liquidez imediata e baixo risco de perda de valor quando da sua realização. A sua composição está abaixo demonstrada:

COMPANHIA ITAUNENSE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores Expressos em Milhares de Reais)

	31.12.2025	31.12.2024
Caixa	9	2
Bancos conta movimento	539	56
Aplicações financeiras em bancos (a) e (b)	11.948	33.693
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	12.496	33.751

(a) As aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2025, referem-se substancialmente a operações compromissadas, remuneradas à taxa média de 1,15% acima da variação do CDI (1,00% em 31 de dezembro de 2024).

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantém uma aplicação financeira, no montante de R\$7.771 mil, remunerada a 104% do CDI, que está vinculada contratualmente a um prazo mínimo de retenção de 12 meses, relativo ao contrato de venda das 02 Centrais Geradoras Hidrelétricas, vide nota explicativa do Contas a Receber, sendo, portanto, classificada no ativo não circulante, conforme previsto nas práticas contábeis adotadas no Brasil e em consonância com o CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

A composição das contas a receber de clientes é como segue:

	31.12.2025	31.12.2024
Venda da Usina Hidrelétrica (*)	18.736	14
Aluguel de Imóvel	24	12
Outros valores a receber	150	-
Total das Contas a Receber de Clientes	18.910	26
Circulante	324	26
Não Circulante	18.586	-

(*) Refere-se ao valor remanescente a ser recebido pela venda das Centrais Geradoras Hidrelétricas. O valor total de venda foi de R\$26.000, sendo recebido no ato da transação o valor de R\$5.000, o qual ficará retido em conta de aplicação financeira, e o saldo remanescente será recebido, em 42 parcelas mensais e consecutivas, vencendo a primeira em agosto de 2026. Sobre o saldo devedor haverá a incidência de uma taxa de juros de 1% a.m. De forma antecipada, a Empresa que adquiriu as Usinas, ainda em Dezembro de 2025, efetuou o pagamento antecipado de R\$2.414 mil, os quais também ficaram retidos com o saldo inicial.

7. ESTOQUES DE IMÓVEIS À VENDA

COMPANHIA ITAUNENSE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores Expressos em Milhares de Reais)

	31.12.2025	31.12.2024
Terreno – Barragem Benfica	800	2.575
Terreno e Galpões – Unidade II	978	-
Total de Estoques de Imóveis à Venda	1.778	2.575

Referem-se a terrenos da Companhia que estão à venda, em função da reestruturação promovida e que não atendem mais às necessidades da Companhia. A administração da Companhia não considera necessário a constituição de provisão para ajustar os valores dos citados imóveis colocados à venda, pois entende que auferirá resultado positivo quando da efetiva realização no mercado.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

Compõem-se como segue:

	31.12.2025	31.12.2024
PIS-Programa de Integração Social	5	5
COFINS-Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	50	50
IRRF-Imposto de Renda Retido na Fonte sobre aplicações financeiras	1.294	1.568
Total dos Impostos a Recuperar	1.349	1.623

9. IMOBILIZADO

a. Composição:

	Taxa Anual de Deprec.	31.12.2025	31.12.2024
Terrenos (a)	-	-	978
Edificações	4%	2.627	2.627
Máquinas e equipamentos	10%	617	616
Veículos	20%	347	405
Móveis e utensílios e outros	10%	30	30
Total do Imobilizado, Líquido		3.621	4.656

COMPANHIA ITAUNENSE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores Expressos em Milhares de Reais)

b. Movimentação

	31.12.2024	Adições	Baixas	Deprec.	Transf.	31.12.2025
Terrenos (a)	978				(978)	-
Edificações	2.627					2.627
Máquinas e equipamentos	616	13		(12)		617
Veículos	405	335	(315)	(78)		347
Móveis e utensílios e outros	30					30
Total do Imobilizado, Líquido	4.656	348	(315)	(90)	(978)	3.621

	31.12.2023	Adições	Baixas	Deprec.	Transf.	31.12.2024
Terrenos (a)	1.597	3	-	-	(622)	978
Edificações	2.141	451	-	-	35	2.627
Máquinas e equipamentos	636	3	-	(23)	-	616
Veículos	538	-	(95)	(38)	-	405
Móveis e utensílios e outros	65	-	-	-	(35)	30
Total do Imobilizado, Líquido	4.977	457	(95)	(61)	(622)	4.656

(a) Valor referente à transferência de terrenos que estavam no grupo de ativo imobilizado para ativos mantidos para venda, em função da revisão estratégica da Companhia. A administração optou por investir nesses imóveis, em função da baixa perspectiva de utilização nas operações futuras da Companhia. A Companhia entende que as taxas atualmente utilizadas refletem adequadamente a vida útil-econômica desses ativos.

10. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS, TRABALHISTAS E SOCIAIS

Compõem-se como segue:

	31.12.2025	31.12.2024
Provisões trabalhistas	94	81
Obrigações previdenciárias	103	75
Obrigações tributárias	2.439	992
Total das Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias e Tributárias	2.636	1.148

11. PARCELAMENTOS DE IMPOSTOS (REFIS)

A Companhia optou pelo REFIS, normatizado pela Lei nº. 11.941/09 e MP nº.470/09, para parcelamento de seus tributos e, se utilizando dos benefícios estabelecidos pela Lei nº. 12.865, de 09 de outubro de 2013, solicitou nova inclusão dos seus débitos previdenciários e de impostos e contribuições federais consolidados junto à Receita Federal do Brasil. Posteriormente a Companhia optou pelo PERT. Os parcelamentos são amortizados mensalmente e estão atualizados monetariamente pela variação da SELIC. As movimentações estão assim apresentadas:

COMPANHIA ITAUNENSE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores Expressos em Milhares de Reais)

	31.12.2025	31.12.2024
Saldos iniciais	14.769	15.711
Pagamentos normais de tributos	(2.702)	(2.509)
Atualização monetária dos parcelamentos tributários- Refis	1.907	1.567
Saldos finais	13.974	14.769
Circulante	2.808	2.587
Não Circulante	11.166	12.182

Programa Especial de Regularização Tributária (PERT): A Companhia, em outubro de 2017, aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, instituído pela Medida Provisória nº 783/2017, posteriormente convertida na Lei 13.496/17, visando equalizar os passivos fiscais, por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais e tributárias. O programa permitiu o pagamento ou parcelamento com benefício de redução das dívidas vencidas até 30 de abril de 2017, inclusive aquelas objeto de parcelamentos anteriores rescindidos ou ativos, em discussão administrativa ou judicial, ou provenientes de lançamento de ofício efetuados após a publicação da Lei.

12. PARTES RELACIONADAS

O saldo a pagar de partes relacionadas em aberto na data-base de 31 de dezembro de 2025, refere-se basicamente ao saldo de Dividendos Distribuídos, com base no resultado intermediário de 30 de novembro de 2025, para os acionistas que ainda não compareçam à sede da Companhia para solicitar o seu resgate.

Remuneração dos administradores: Os diretores são as pessoas chaves que tem autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados e salários) contabilizados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”, no montante de R\$1.218 (R\$915 em 31/12/2024).

13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Refere-se basicamente a discussões fiscais sobre diferença entre o percentual de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social, pelo lucro presumido e o efetivo recolhimento. A administração da Companhia considerou prudente manter a provisão da diferença até que a sua consulta seja respondida.

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis, cujas discussões se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. O risco de perda associado a cada processo é avaliado periodicamente pela administração em conjunto com seus consultores jurídicos externos, e leva em consideração: (i) histórico da perda envolvendo discussões similares; (ii) entendimentos dos tribunais superiores relacionados a matérias de mesma natureza; (iii) doutrina e jurisprudência aplicável a cada processo. Com base nessa avaliação, a administração constituiu provisão para contingência para aqueles processos cuja avaliação de risco é considerada como provável a perda.

COMPANHIA ITAUNENSE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores Expressos em Milhares de Reais)

A movimentação da provisão para contingências está apresentada a seguir:

	31.12.2025	31.12.2024
Saldos em 31/12/2024 e 31/12/2023	1.615	1.615
Adições	-	-
Reversão de provisões apropriada como outras receitas operacionais (a)	(1.615)	-
Saldos em 31/12/2025 e 31/12/2024	-	1.615

(a) Ela fora motivada pelo vencimento do prazo prescricional da Receita Federal do Brasil realizar a cobrança do mencionado valor dos últimos 5 anos.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social:

O capital social é de R\$19.766 (dezenove milhões, setecentos e sessenta e seis mil reais), dividido em 7.589.885 (sete milhões, quinhentos e oitenta e nove mil, oitocentas e oitenta e cinco) ações ordinárias, todas escriturais, sem emissão de certificados e sem valor nominal.

b) Ações ordinárias:

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos, conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão o direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia. Com relação às ações em tesouraria, todos os direitos dessas ações estão suspensos até que essas ações sejam colocadas novamente no mercado.

c) Reserva legal:

A reserva legal é constituída à alíquota de 5% sobre o lucro líquido do exercício, conforme artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, e sua destinação é limitada à compensação de prejuízos acumulados e ao aumento de capital da Companhia.

d) Reserva de lucros:

A reserva de retenção de lucros representa o resultado não distribuído após constituição da reserva legal e cálculo dos dividendos obrigatórios ou os valores acumulados dos prejuízos apurados no exercício e/ou exercícios anteriores. A compensação de prejuízos com saldos de reservas de lucros ocorre obrigatoriamente quando ainda houver saldo de prejuízos, após terem sido absorvidos os saldos de lucros acumulados e das demais reservas de lucro (parágrafo único do art. 189 da Lei nº 6.404/76).

e) Dividendos:

A Companhia segue as disposições da Lei nº 6.404/76 e seu Estatuto Social, que estabelece a obrigatoriedade de distribuir aos acionistas, como dividendo obrigatório, no mínimo 25% do lucro líquido ajustado do exercício, após as deduções e reservas previstas na legislação societária.

COMPANHIA ITAUNENSE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores Expressos em Milhares de Reais)

A distribuição de dividendos é aprovada pela Assembleia Geral Ordinária ("AGO") ou, quando autorizada pelo Estatuto Social, pelo Conselho de Administração no caso de dividendos intermediários e juros sobre capital próprio.

15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Compõem-se como segue:

	Exercícios Findos Em	
	31.12.2025	31.12.2024
Receitas de aluguel	246	177
Receitas de venda de imóvel	28.000	990
Receitas de venda de energia	-	757
Outras receitas	-	30
Total da Receita Operacional Bruta	28.246	1.954
Deduções de Impostos sobre a Receita Operacional Bruta	(1.031)	(70)
Total da Receita Operacional Líquida	27.215	1.884

16. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA E FUNÇÃO

Compõem-se como segue:

	Exercícios Findos Em	
	31.12.2025	31.12.2024
Custos e Despesas por Natureza		
Despesas de folha de pagamento e provisões	2.591	2.217
Despesas de prestadores de serviços	1.745	1.119
Custo de imóvel vendido	1.775	-
Despesas de reformas e manutenções	445	660
Despesas de tributos	78	172
Despesas de depreciação	90	61
Outras despesas	83	166
Total dos Custos e Despesas por Natureza	6.807	4.395

	Exercícios Findos Em	
	31.12.2025	31.12.2024
Custos e Despesas por Função		
Custo de aluguéis e de vendas de imóveis	3.148	703
Despesas gerais e administrativas	3.659	3.692
Total dos Custos e Despesas por Função	6.807	4.395

COMPANHIA ITAUNENSE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores Expressos em Milhares de Reais)

17. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

Compõem-se como segue:

	Exercícios Findos Em	
	31.12.2025	31.12.2024
Receitas por reversão de provisões constituídas	1.615	-
Despesas por baixas de títulos incobráveis	-	(65)
Outras receitas (despesas) operacionais	45	28
Total de Outras Receitas (Despesas) Operacionais	1.660	(37)

18. RESULTADO FINANCEIRO

Compõem-se como segue:

	Exercícios Findos Em	
	31.12.2025	31.12.2024
Receita Financeira- Rendimentos de Aplicações Financeiras	5.009	3.919
Despesas Financeiras		
Variações monetárias passiva	(1.907)	(1.567)
Juros e multas	(1)	(1)
Total das Despesas Financeiras	(1.908)	(1.568)
Total Resultado Financeiro, Líquido	3.101	2.351

18. DESPESAS DE IMPOSTOS CORRENTES-IRPJ E CSLL

Exercício Findo em 31 de dezembro de 2025					
	Base Inicial- Valores Contábeis	% de Presunção para Imposto de Renda	Base de Apuração dos Impostos	% de Presunção para Contr. Social	Base de Apuração dos Impostos
Receitas com arrendamentos e aluguéis	246	32%	79	32%	79
Receitas com venda de imóveis	28.000	8%	2.240	12%	3.360
Receitas financeiras R\$5.009 e outras-R\$16	5.025	Integral	5.025	Integral	5.020
Total da Base de Cálculo dos Impostos-IRPJ e CSLL			7.344		8.459
Aliquotas de impostos devidas (arredondado):					
IRPJ- alíquota normal-15%			1.102		
IRPJ- alíquota adicional para base superior a R\$240- 10%			709		
Total de Despesa de IRPJ			1.810		
CSLL- alíquota única-9%- Total de Despesa de CSLL					761
Total das Despesas de Impostos-IRPJ e CSLL			1.810		761

COMPANHIA ITAUNENSE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores Expressos em Milhares de Reais)

Exercício Findo em 31 de dezembro de 2024					
	Base Inicial- Valores Contábeis	% de Presunção	Base de Apuração dos Impostos	% de Presunção para Contr. Social	Base de Apuração dos Impostos
Receitas com arrendamentos e aluguéis	157	32%	50	32%	50
Receitas com venda de imóveis	1.767	8%	141	12%	212
Receitas financeiras R\$3.919 e outras-R\$51	3.970	Integral	3.970	Integral	3.950
Total da Base de Cálculo dos Impostos-IRPJ e CSLL			4.161		4.212
Aliquotas de impostos devidas (arredondado):					
IRPJ- alíquota normal-15%			624		
IRPJ- alíquota adicional para base superior a R\$240- 10%			387		
Total de Despesa de IRPJ			1.011		
CSLL- alíquota única-9%- Total de Despesa de CSLL					379
Total das Despesas de Impostos-IRPJ e CSLL			1.011		379

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa e equivalentes de caixa, que resultam diretamente dos recebimentos de aluguel, venda de imóveis, venda de energia e da venda de ativo imobilizado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os instrumentos financeiros correntemente utilizados pela Companhia restringem-se a caixa e bancos, aplicações financeiras, fornecedores, impostos a pagar, e obrigações trabalhistas, em condições normais de mercado, estando reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos critérios descritos nas respectivas notas explicativas. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos.

20. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

O lucro (prejuízo) por ação básico é calculado por meio da divisão do resultado do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pela quantidade ponderada de ações ordinárias e preferenciais existentes, excluídas as ações em tesouraria, se houver. O lucro/prejuízo básico e o diluído por ação são iguais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, tendo em vista inexistir instrumentos financeiros ou patrimoniais com potencial de diluição do número de ações nessas datas.

21. DIVIDENDOS INTERMEDIÁRIOS

Durante o exercício de 2025, especificamente em novembro de 2025, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de dividendos intermediários, com base em lucros acumulados e reservas de lucros, conforme permitido pelo Estatuto Social.

Esses dividendos serão imputados ao dividendo obrigatório do exercício, conforme legislação societária aplicável.

COMPANHIA ITAUNENSE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores Expressos em Milhares de Reais)

22. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi transferido terreno que estava classificado contabilmente como imobilizado, no valor de R\$978, para a rubrica de estoques, de vez que fora destinado à venda. A administração não espera que a venda desse terreno gere algum prejuízo; com isso não foi efetuado uma provisão para perda por desvalorização nessa data.

23. COBERTURA DE SEGUROS

De acordo com as políticas e os negócios atualmente desenvolvidos pela Companhia a administração concluiu não ser necessário a contratação de nenhum tipo de seguro.

Tonny Salera Primeiro
Diretor Superintendente e Relação com Investidores

Décio Evangelista Damasceno de Oliveira
Diretor Administrativo

Vinícius Oliveira e Souza
Contador CRCMG: 108.280